

The background of the page is a photograph of a forest with tall, thin trees and a dirt path. A large white document shape is overlaid on the right side of the image, containing the text and logo.

plio™

# **AAE**

## **1.ª REVISÃO**

### **DO PDM DE MACEDO**

### **DE CAVALEIROS**

>Relatório Ambiental  
Resumo Não Técnico

> Câmara Municipal  
de Macedo de Cavaleiros

Janeiro 2015  
Março 2015 (correção)



# ÍNDICE

<b><u>1. O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?</u></b>	<b>1</b>
<b><u>2. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE PLANOS E PROGRAMAS? E O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?</u></b>	<b>2</b>
<b><u>3. O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?</u></b>	<b>3</b>
<b><u>4. QUAIS FORAM OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD) DO PDMMC?</u></b>	<b>4</b>
<b><u>5. QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM TOMADAS?</u></b>	<b>5</b>
<b><u>6. QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?</u></b>	<b>7</b>
<b><u>7. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS QUE PODEM SER RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?</u></b>	<b>9</b>
<b><u>8. QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?</u></b>	<b>15</b>
<b><u>9. QUAIS AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO?</u></b>	<b>19</b>

# ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estratégia de Desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros .....	5
---	---

## LISTA DE ACRÓNIMOS

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CA	Comissão de Acompanhamento
CCDR-N	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CMMC	Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
DA	Declaração Ambiental
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direção-Geral do Território
DOP	Denominação de Origem Protegida
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais 2007
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
GEE	Gases com Efeito Estufa
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGP	Indicação Geográfica Portuguesa
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
InIR	Instituto de Infraestruturas Rodoviárias, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
PDMMC	Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PENDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PERSU II	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006-2016
PMDFCI	Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PU	Plano de Urbanização
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
RA	Relatório Ambiental

RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
REN, S.A.	Rede Elétrica Nacional, S.A.
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RNT	Resumo Não Técnico
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
ZPE	Zona de Proteção Especial

## 1. O QUE É O RESUMO NÃO TÉCNICO?

O Resumo Não Técnico (RNT) é um documento que integra o Relatório Ambiental (RA) e que pretende informar prévia e adequadamente, todos os que têm direito a participar. O RNT resume, em linguagem corrente, as principais informações constantes do RA. Quem pretender aprofundar alguns aspetos relativos à integração e avaliação das questões ambientais e de sustentabilidade na revisão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros (PDMMC) poderá consultar o RA que estará disponível, durante o período de consulta pública.

## 2. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE PLANOS E PROGRAMAS? E O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A revisão do PDMMC encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com a legislação em vigor. O objetivo da AA consiste em apoiar a decisão relativamente a um plano ou programa, ao identificar, descrever e avaliar os seus efeitos ambientais, de forma a determinar as oportunidades e riscos que apresentam para um desenvolvimento sustentável.

A avaliação ambiental do PDMMC segue uma metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolvida por Partidário (2007), segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a revisão do plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do plano.

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as propostas estratégicas da revisão do PDMMC integram as dimensões ambientais e de sustentabilidade relevantes no município, e como se adequam para dar resposta aos riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro.

Para esse efeito a AAE identifica Fatores Críticos para a Decisão (FCD), os quais refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos aspetos fundamentais para o concelho de Macedo de Cavaleiros a serem considerados no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do plano e das ações que as implementam.

A avaliação estratégica tem em consideração as tendências dominantes relativamente aos temas considerados nos FCD, bem como as principais políticas ambientais e de sustentabilidade que devem servir de orientação para o desenvolvimento do plano e de referenciação para a avaliação (como por exemplo as políticas de conservação e biodiversidade, políticas de resíduos e gestão da água, políticas sociais, entre outras). Nesse sentido procede-se valia-se então as principais estratégias do plano do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade.

Essa avaliação é feita em duas fases: primeiro, avalia-se as opções estratégicas do plano, ou seja, os caminhos que estão a ser propostos para alcançar a visão e os objetivos desejados para o território. Avalia-se depois o modelo territorial, ou seja, a forma como as opções consideradas preferíveis são concretizadas na prática, através de medidas e regras de ordenamento do território tal como constantes no Regulamento do PDM. Por último e com base nos resultados da avaliação, definem-se diretrizes de planeamento, gestão e controlo (monitorização), bem como um quadro de governança, ou seja, orientações de planeamento, gestão e monitorização da implementação do plano, bem como as responsabilidades institucionais associadas.



### 3. O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL? E O QUE É A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?

O Relatório Ambiental (RA) é um documento no qual se sintetizam as principais análises e conclusões do processo de AAE decorrido ao longo da elaboração do Plano.

O RA, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT) são instrumentos fundamentais para efeito de discussão pública final do Plano.

Na AAE a participação das entidades e do público interessado é fundamental, já que as suas perspectivas e contributos podem ser muito relevantes para a decisão sobre o plano ou programa. Esta discussão pública não deve acontecer apenas quando o Plano fica pronto, mas deve ter lugar durante o decurso do processo de planeamento.

A entidade responsável por um plano que envolve uma AAE deve criar condições de participação o mais cedo e o mais ativas possível. No mínimo, para cumprir a legislação, a entidade responsável deve preparar dois documentos: um relatório de âmbito para discutir com as entidades públicas relevantes os temas a analisar e a forma de conduzir a AAE, e um RA com as conclusões a que se chega com a AAE conduzida.

A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros é a entidade responsável pela elaboração do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros.

O RA, os resultados da consulta efetuada a entidades e os resultados da consulta pública serão ponderados na versão do plano a aprovar.

Após a aprovação do plano é emitida uma Declaração Ambiental, documento público, onde se sintetizam as informações mais relevantes do processo de AAE, a forma como foram incorporadas no plano e as medidas de controlo a implementar.

## 4. QUAIS FORAM OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD) DO PDMMC?

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram sobretudo apontar para aspetos críticos da situação existente, bem como da situação tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e a sua sustentabilidade. Pretende-se assim avaliar como é que as estratégias do PDM podem dar resposta a estes aspetos críticos.

A identificação dos FCD foi objeto de um primeiro relatório entregue em dezembro 2011, no qual se estabeleceu o âmbito da AAE, bem como o alcance e o nível de pormenorização da informação a incluir no RA. Esse relatório foi remetido para apreciação à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nos termos do nº 3 do art.º 3º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, e demais entidades e agentes que a CMMC entendeu deverem ser consultados, designadamente os membros da Comissão de Acompanhamento (CA) do PDMMC.

Identificaram-se, assim, quatro FCD para o concelho de Macedo de Cavaleiros:

- **FCD #1 – Recursos Naturais e Biodiversidade:** Salvaguarda dos sistemas biofísicos, valores e recursos naturais em presença.
- **FCD #2 – Património Cultural:** Incide sobre a proteção, requalificação e preservação da riqueza e variedade do património cultural do concelho, fator crucial na definição da identidade de uma região.
- **FCD #3 – Ordenamento do Território e Coesão Territorial:** Dirige-se à (re)configuração do sistema urbano e rural, numa lógica de qualificação e consolidação do tecido urbano e esbatimento das desigualdades territoriais e sociais. Inclui a análise dos diferentes usos e aptidões do solo das dinâmicas de urbanização e edificação, bem como as atividades económicas industriais.
- **FCD #4 – Desenvolvimento Económico e Social:** Atende aos aspetos de gestão da estabilização/contração potencial do modelo de desenvolvimento económico que suportou o crescimento vigoroso da última década, nomeadamente aos aspetos relacionados com a potenciação dos serviços públicos e privados do concelho, bem como dos equipamentos turísticos, através da incorporação de conhecimento, inovação e diversificação. Pretende avaliar em que medida as propostas constantes do plano asseguram o acesso da população a espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva, tendo em consideração se as premissas definidas para a estrutura urbana, incluindo o acesso às infraestruturas, formação, emprego e saúde, são salvaguardadas. Nestes FCD são também focados os aspetos relacionados com o turismo, dando algum destaque às atividades geradoras de fluxos financeiros.

## 5. QUE OPÇÕES ESTRATÉGICAS FORAM TOMADAS?

A identificação das Questões Estratégicas (QE) foi realizada com base na visão desenvolvida na proposta da 1ª revisão do PDM assente no objetivo geral de desenvolvimento: **renovação dos recursos próprios para atrair fluxos de investimento e de visitantes e fixar residentes**.

A Estratégia de Desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros encontra-se refletida na figura abaixo apresentada.

FIGURA 1: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE MACEDO DE CAVALEIROS



Fonte: Relatório de proposta da 1.ª revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros, CMMC

Assim, no âmbito da AAE, pretende-se dar destaque às seguintes Linhas Orientadoras de desenvolvimento, baseadas no objetivo central acima referido:

1. Qualificação e valorização económica dos recursos do património natural e cultural: como fontes de criação de rendimentos, especialmente através das atividades turísticas. É essencial apostar na promoção e ampliação da capacidade de alojamento do município, bem como no desenvolvimento da fileira da caça e na valorização e aproveitamento da Área Protegida da Albufeira do Azibo.
2. Reforço da capacidade de acolhimento empresarial: visando a atração de investimentos com componentes de inovação e emprego qualificado. Poderá ser maioritariamente materializada no espaço industrial de Macedo de Cavaleiros. Contudo, deve dar-se oportunidade à constituição de unidades empresariais relacionadas com as energias renováveis, nomeadamente através da criação de uma rede de parques eólicos.

3. Melhoria das condições de vida da população residente: impulso necessário para travar o processo de despovoamento que se tem verificado. Mais do que assegurar as condições básicas de sobrevivência, nomeadamente de habitação e saneamento básico, trata-se, antes, de criar um conjunto de condições que potenciem a qualidade de vida da população promovendo a sua fixação.

A visão estratégica para o território de Macedo de Cavaleiros tem subjacentes dois pilares fundamentais para a sua concretização:

**a. Promoção e Marketing territorial de Macedo de Cavaleiros.**

O município dispõe do Plano de Marketing Territorial, um importante instrumento na definição das linhas estratégicas de atuação, no sentido da sua promoção. Centrando-se sobre o turismo como atividade catalisadora do dinamismo municipal, este instrumento define como linhas de orientação as seguintes:

- Qualificar e valorizar os recursos existentes, numa ótica de sustentabilidade;
- Aumentar os níveis de visibilidade, notoriedade e reconhecimento externo;
- Aproveitar as mais-valias económicas, sociais, culturais e ambientais decorrentes da atividade turística.

**b. Recurso crescente às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).**

A introdução das TIC veio revolucionar a forma de funcionamento da sociedade, quer pelo conjunto de novas oportunidades que encerra, quer pela criação de novas formas de organização do trabalho. Neste contexto, esta nova vertente deve ser aproveitada e potencializada pelo concelho de Macedo de Cavaleiros, conciliando os interesses de dinamização da economia local e da fixação da população. Este é um domínio fundamental na medida em que, atualmente, a exclusão da sociedade da informação agravará ainda mais a histórica interioridade.

São assim seis os grandes domínios de intervenção que a autarquia tem como objetivo dinamizar, promover, investir e apoiar, no sentido daquela que considera ser a melhor estratégia de intervenção para o desenvolvimento do município: o alojamento, a fileira cultural da caça, o “Azibo: Praia da região”, o “Ecocampo” de Golfe do Azibo, o espaço industrial/empresarial e a produção agrícola/gastronomia.

## 6. QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS ORIENTADORAS E OS PRINCIPAIS PLANOS E PROGRAMAS RELEVANTES?

Foram analisadas as principais políticas, planos e programas europeus, nacionais e regionais que estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade e que devem orientar o PDMMC.

As principais políticas orientadoras do PDMMC são:

- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)
- Estratégia Nacional de Energia no horizonte de 2020
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
- Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC)
- Estratégia Nacional para as Florestas

Os principais planos e programas são:

- Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (PO Norte)
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) no período 2013-2016
- Plano Nacional da Água (PNA)
- Plano Nacional para o uso Eficiente da Água (PNUEA)
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020 (PNAC2020)
- Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação (PANCD)
- Plano Estratégico Nacional de Turismo
- Programa Nacional de Turismo da Natureza (PNTN)
- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR)
- Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II)
- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)
- Estratégia Nacional para os Efluentes Agro – Pecuários e Agro-industriais 2007 – 2013 (ENEAPAI)

- Direcção-Geral da Saúde – Circular Informativa
- Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS) (2008-2013)
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-NE)
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-NORTE)
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (PGRH Douro)
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico
- Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo
- Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) da Albufeira do Azibo
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Macedo de Cavaleiros

## 7. QUAIS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS QUE PODEM SER RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ESTRATÉGICAS?

**FCD #1 – Recursos Naturais e Biodiversidade:** No que concerne aos recursos hídricos, em particular os subterrâneos, dado que constituem uma reserva de água estratégica e, numa perspetiva integrada, poderá vir a ser necessária a utilização de algumas das captações de água subterrânea para assegurar as necessidades de água geradas por futuras ocupações, em particular em situações de emergência e de escassez de água nesta região. No que concerne à utilização dos recursos hídricos para abastecimento perspetiva-se um aumento no consumo de água e uma diminuição das perdas de água, com a aplicação de medidas adequadas, após a implementação dos novos sistemas de abastecimento.

Relativamente à biodiversidade, na ausência de fatores adicionais de perturbação, particularmente de natureza antrópica, o cenário tendencial será de manutenção dos habitats e comunidades biológicas descritos para as diversas áreas classificadas e espaços naturais. Convém destacar que a inexistência de orientações de gestão devidamente regulamentadas teria como consequência uma potenciação do risco de ocorrência de perturbações em áreas classificadas e noutros espaços naturais de interesse do concelho, bem como na inexistência de uma EEM sujeita a um regime específico de ocupação e utilização.

Com a definição da EEM da 1ª Revisão do PDM, prevê-se um aumento das áreas naturais do Concelho e, conseqüentemente, na geração de mais oportunidades de valorização do património natural.

No concelho de Macedo de Cavaleiros, os corredores ecológicos existentes foram integrados na classe de Espaços naturais, a qual engloba as áreas de elevado valor paisagístico e ambiental, constituindo uma estrutura biofísica elementar, na qual se privilegia a salvaguarda das suas características essenciais: inclui, para além dos corredores ecológicos de acompanhamento das linhas de água (30 m para cada lado), também os Planos de água das albufeiras, com a respetiva faixa de proteção; os Habitats da Rede Natura 2000; e as Áreas de maior sensibilidade ecológica dentro da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.

Cumprir destacar o esforço do município em matérias como a conservação, proteção e valorização das áreas naturais do concelho, o que se traduz pelo número de licenciamentos em Rede Natura 2000, bem como a existência de vários projetos de valorização natural, cujo objetivo visa a manutenção da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais. Neste contexto, espera-se que a implementação destes projetos contribua de forma positiva na conservação e valorização do património natural do Município de Macedo de Cavaleiros.

Relativamente às áreas naturais classificadas, refere-se que a concretização dos projetos previstos e a continuação de implementação de medidas de revitalização destas áreas irá traduzir-se numa melhoria na valorização e na conservação dos espaços naturais do concelho.

Em termos de tendências de evolução assume-se que na ausência de Proposta de Plano as condições futuras, no que se refere à flora e vegetação concelhias, seriam idênticas às condições atuais. Em termos de risco de incêndio, a maior vulnerabilidade está associada às

áreas florestais de folhosas e aos olivais localizados nas áreas classificadas. Da combinação das duas variáveis (perigosidade e vulnerabilidade) constata-se que embora a maioria do concelho apresente risco baixo se verifica a ocorrência de um número significativo de áreas com risco elevado e muito elevado, sendo que a mancha mais expressiva se encontra no Monte Morais e se estende ao longo da vertente da ribeira de Vale de Moinhos.

A tendência consiste num aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da incidência dos incêndios, estratégias intimamente ligadas ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

**FCD #2 – Património Cultural:** Uma das principais tendências negativas está associada ao crescente abandono das aldeias e ao estado de degradação do património arquitetónico que revelam a necessidade de se proceder a obras de recuperação. Não obstante, cumpre salientar que, no período entre 2009 e 2013, verificou-se a realização de obras de recuperação de imóveis e espaços públicos na envolvente de imóveis de valor patrimonial.

Acresce que está em elaboração uma Carta Municipal de Património, a qual incluirá, para além de um exaustivo levantamento dos valores culturais em presença no concelho e das suas principais características, a identificação de situações de risco e respetivas causas.

Nesse sentido perspetiva-se uma continuidade nas ações que têm sido levadas a cabo, o que induzirá a um aumento continuado do conhecimento do património cultural nas suas várias vertentes, contribuindo assim de forma decisiva para a apresentação de soluções e meios de prevenção e de combate à sua degradação, o que a longo prazo, se traduzirá certamente numa mais-valia para o concelho.

**FCD #3 – Ordenamento do Território e Coesão Territorial:** Em termos de tendências de evolução do uso do solo, importa referir que existem diferenças significativas entre os usos dominantes previstos no PDM em vigor e os atuais usos do solo no concelho, quer ao nível de discrepâncias entre a denominação das categorias de espaço do PDM em vigor (solo rural e urbano) e as categorias propostas na revisão, quer no que concerne ao regime de edificabilidade. É de salientar que a delimitação do solo urbano constante no atual PDM, apresenta dissonâncias face às características físicas e da ocupação do solo, pelo que nesta 1ª revisão do PDM houve uma preocupação na delimitação rigorosa dos espaços, suportada por cartografia atualizada, visitas aos aglomerados e avaliação dos compromissos resultantes de loteamentos e outras operações urbanísticas válidas – estes últimos foram assumidos como espaços urbanizados, independentemente de estarem ou não concretizados.

Na ausência do Plano, também não são de esperar alterações significativas no que concerne à delimitação da RAN em vigor, ressaltando-se somente a desafetação pontual em caso de necessidade de compatibilização com eventuais projetos considerados de interesse público. Assim, tendo-se observado o cumprimento de todos os trâmites legalmente aplicáveis, bem como uma delimitação das áreas de RAN mais consentânea com o modelo de ordenamento preconizado (aumento da área que integra esta restrição de utilidade pública, estabelecendo um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, a qual desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura), não se identificam quaisquer efeitos negativos decorrentes da exclusão/integração das zonas de RAN no município.



O carácter marcadamente rural de Macedo de Cavaleiros está associado ao fenómeno de desertificação que se tem verificado no concelho. Assim, a não criação de medidas que contrariem esta tendência, irá agravar desta situação, nomeadamente no que se refere ao esvaziamento populacional das povoações rurais espalhadas pelo território concelhio e a sua concentração na sede concelhia (acentuando o desequilíbrio da rede urbana, já atualmente deficitária).

A definição de várias Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) compactua-se com o objetivo de promover a qualificação, tanto do espaço construído, como do natural, quer na beneficiação de situações existentes como na previsão e criação de novos espaços de fruição e utilização públicos; objetiva-se a promoção da imagem concelhia, tanto em termos de criação de condições mais atrativas para os residentes como também da criação de fatores de atração para turistas.

Um dos problemas que claramente se identifica no concelho como estrangulamento à coesão territorial e social é o atravessamento dos aglomerados por rodovias o que pode constituir uma barreira à livre e segura circulação pedonal dos cidadãos, particularmente nos casos em que as vias são muito movimentadas. Considera-se ainda que atualmente a mobilidade no concelho de Macedo de Cavaleiros possui algumas limitações do ponto de vista das acessibilidades/relações com o exterior, em grande medida decorrente da sua inserção territorial e também das atuais características do IP2, aliadas aos baixos efetivos populacionais que não justificam investimentos de vulto por parte da administração central e dos operadores de transporte coletivo.

Tendencialmente verifica-se o esforço do município em matérias como a construção/reconversão de edifícios destinados a alojamentos, comércio, serviços e para indústria, equipamentos públicos de uso coletivo, assim como em requalificações urbanísticas (destacando-se o projeto de requalificação urbanística de Macedo de Cavaleiros) e a beneficiação de vias. De facto, é visível uma dinâmica de investimento local intensa que teve como suporte, predominantemente, Programas Operacionais da Região Norte, o Programa INTERREG e o Programa LEADER, comportando, sobretudo, três vertentes de investimento:

1. Infraestruturas básicas e equipamentos sociais, culturais, ambientais e económicos;
2. Recuperação e reabilitação urbanística;
3. Melhoramentos nos aglomerados rurais.

A aposta e os incentivos camarários ao licenciamento e construção de edifícios energeticamente eficientes demonstram uma crescente consciência/preocupação para a questão da sustentabilidade energética, na dupla vertente de promoção do aumento da eficácia nos consumos energéticos (por exemplo a desativação de luminárias nos postes em vias rodoviárias) e de reforço da componente da produção energética a partir de fontes renováveis (rede de Parques eólicos).

Relativamente aos riscos naturais, os incêndios florestais no concelho têm proliferado, o que, em casos mais gravosos, tem atingido, para além dos incultos (matos) povoamentos de resinosas, montado de sobro e azinho, o que leva a que na sua maioria a reflorestação não seja feita aumentando ainda mais as áreas de inculto.

A maior vulnerabilidade está associada às áreas florestais de folhosas e aos olivais localizados nas áreas classificadas, localizando-se as manchas mais contínuas na parte central do

concelho, a Norte de Macedo de Cavaleiros. Da combinação das duas variáveis (perigosidade e vulnerabilidade) constata-se que embora a maioria do concelho apresente risco baixo, se verifica a ocorrência de um número significativo de áreas com risco elevado e muito elevado, sendo que a mancha mais expressiva se encontra no Monte de Morais e se estende ao longo da vertente da ribeira do Vale de Moinhos. À semelhança da carta de perigosidade, a serra de Bornes também apresenta risco de incêndio florestal elevado a muito elevado. Na parte Norte do concelho, as áreas de maior risco correspondem aos vales dos principais cursos de água aí existentes, estando por vezes próximas de áreas populacionais tais como Bouzende, Murçós, Vilarinho de Agrochão, Vila Nova de Rainha e Lamalonga.

A tendência no que respeita ao risco de incêndios consiste num aumento da resiliência do território aos incêndios florestais e redução da incidência dos mesmos, estratégias intimamente ligadas ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

No que concerne aos movimentos de massa, atendendo às características morfológicas e de ocupação do solo do concelho de Macedo de Cavaleiros, este é um risco que afeta a grande maioria do concelho, embora as áreas que apresentam perigosidade muito elevada sejam residuais e de pequena dimensão, à escala do PDM.

No município, a maior probabilidade de ocorrência de um acidente desta natureza verifica-se: na vertente ocidental da Serra de Bornes, com declives muito acentuados e registos históricos de diversas ocorrências; e na vertente norte do Monte de Morais, também ela bastante inclinada. Há ainda a referir algumas áreas na zona sul do concelho, como o vale da ribeira do Vale de Moinhos e a ribeira de Ferreira, que apresentam perigosidade bastante elevada.

Em termos de vulnerabilidade esta é maior na sede de concelho e ao longo dos principais eixos rodoviários, com destaque para o IP4, sendo que a presença de áreas protegidas (Serra da Nogueira, Azibo e Monte de Morais) contribui para a definição de outras áreas vulneráveis aos movimentos de vertente. Na sequência desta vulnerabilidade a cidade de Macedo de Cavaleiros é a área do concelho onde o risco é mais elevado, verificando-se ainda em alguns setores do Monte de Morais e ao longo das principais vias de comunicação a generalidade as áreas de risco elevado.

As áreas com risco de erosão encontram-se dispersas um pouco por todo o concelho, com predominância nas margens dos vales encaixados do Rio Sabor, do Rio Tuela, da Ribeira das Corujas e da Ribeira de Ala e nas encostas da Serra de Bornes.

No concelho de Macedo de Cavaleiros a perigosidade de acidentes com armazenamento e transporte de matérias perigosas pode ser nula, reduzida ou moderada. Na maioria do concelho é nula, ou seja, nas áreas onde não existem vias de comunicação (e perigosidade rodoviária) e áreas industriais. É reduzida na maioria das vias de comunicação e é moderada na cidade de Macedo de Cavaleiros e nos arredores, onde se localizam indústrias e postos de combustível. Nesse aspeto merece especial atenção o setor Amendoeira/Sezulfé, onde a perigosidade é moderada, devido à localização de equipamentos industriais, na proximidade do IP4.

Quanto à vulnerabilidade, esta pode ser reduzida, moderada e elevada. De um modo geral, apresenta-se elevada na cidade de Macedo de Cavaleiros e principalmente na parte sudeste do concelho (setor de Talhas e Lagoa) devido essencialmente à distância em relação aos

meios de combate. Apresenta-se reduzida principalmente na região envolvente da cidade de Macedo de Cavaleiros.

Deste modo, o risco de acidentes com armazenamento e transporte de matérias perigosas é, no geral, reduzido ou moderado. É reduzido na maioria do concelho, e é moderado principalmente na cidade de Macedo de Cavaleiros e na envolvência das povoações de Amendoeira e Vale da Porca.

Por último cumpre salientar que, uma vez caracterizado o risco e organizada a resposta a situações de emergência, o Plano estabelece uma estratégia para a mitigação dos riscos, que constituiu um importante contributo para a proposta de Plano, sobretudo no que respeita aos riscos com impacto sobre o ordenamento do território.

#### **FCD #4 – Desenvolvimento Económico e Social:**

Em termos gerais, o município encontra-se satisfatoriamente dotado das principais infraestruturas urbanas, pelo que perante uma rede consolidada e bastante desenvolvida, os investimentos futuros não deverão promover o desenvolvimento e expansão da rede atual, mas sim a criação de um modelo sustentado de manutenção dos diversos equipamentos.

Mais do que assegurar as condições básicas de sobrevivência, nomeadamente de habitação e saneamento básico, trata-se, antes, de criar um conjunto de condições que potenciem a qualidade de vida da população para além do vital, o qual está, de um modo geral, assegurado.

Relativamente aos transportes coletivos de passageiros, o grau de cobertura existente é muito limitado, sendo contudo de salientar a existência de ligações de âmbito local que possibilitam a ligação entre Macedo de Cavaleiros e alguns aglomerados. Nesse sentido e não seja reavaliado o conjunto do serviço de transportes públicos coletivos (cobertura territorial, temporal e qualidade do serviço prestado), a tendência é para a manutenção de níveis de procura relativamente baixos que não incentiva a criação de novas carreiras; neste âmbito, o setor perde competitividade, não se revela um investimento atrativo para os operadores nem para os utentes.

No que concerne aos equipamentos e serviços de apoio social, o concelho encontra-se razoavelmente bem equipado, tendo em conta os quantitativos populacionais em presença. Não obstante, existem algumas áreas onde se verifica que poderá haver a necessidade de reajustar/ampliar a oferta existente, nomeadamente no que respeita aos níveis de cobertura dos equipamentos de apoio a idosos e de equipamentos e serviços de saúde (decorrentes da progressiva tendência de envelhecimento da população que incrementa a pressão deste grupo populacional no acesso a determinados equipamentos sociais).

No concelho, a distribuição geográfica dos equipamentos coletivos, traduz a polarização exercida pela sede de concelho onde se localizam os equipamentos de ordem superior; a tendência de esvaziamento populacional que vai acentuar os desequilíbrios territoriais existentes em matéria de distribuição de equipamentos coletivos.

Em termos tendenciais e apesar das iniciativas implementadas no sentido de melhoria da instrução da população residente e de criação de emprego, persiste um padrão de baixas qualificações e de profissões pouco especializadas, fator inibidor ao pleno desenvolvimento económico e de diminuição da taxa de desemprego.

Relativamente à componente económica, verificou-se no espaço da última década um aumento dos indicadores relacionados com o emprego e com as atividades produtivas o que evidencia alguma capacidade empreendedora do tecido económico local. A estrutura de atividades destaca naturalmente o terciário, sobretudo assente nas atividades comerciais e nos serviços de apoio à saúde e de ação social. Já o setor primário tem vindo a perder força no contexto concelhio. No setor industrial destacam-se os ramos associados às indústrias alimentares e de fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos.

Não obstante, o fenómeno do duplo envelhecimento da população, o decréscimo populacional, constituído pela diminuição do peso relativo da população jovem e pelo aumento considerável das camadas etárias superiores, e os fluxos migratórios poderão conduzir ao estrangulamento do mercado de trabalho e, ainda, conseqüentemente na “fuga” das empresas para outros locais de maior dinamismo económico.

O turismo constitui-se como um importante ativo da estratégia de desenvolvimento local. A região possui um mosaico multifacetado de recursos turísticos, enquanto espaço natural e cultural de elevado valor identitário. Apesar de não ser o motor da economia macedense, os indicadores económicos disponíveis demonstram um aumento desta atividade e das que se encontram conexas, perspetivando um novo ciclo (otimizado) para o município.

Assim, salientam-se alguns projetos de referência: Praia fluvial na Albufeira do Azibo (mais cais acostável, rampa de mergulho e espaço para desportos radicais), centros rurais (pequenas infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva, valorização de produtos locais e prestação de serviços às populações), Portas da Terra Quente (intervenções na aldeia de Chacim e área envolvente) e Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros.

No domínio dos equipamentos destaque para alguns projetos relevantes como a construção do campo de golfe no Azibo, importante na estratégia de desenvolvimento concelhio, especialmente na orientada para a captação de novos fluxos turísticos.

Em termos de modelo de ordenamento são definidos dois espaços de uso especial para o turismo, nos aglomerados de Santa Combinha e Pontão de Lamas, que se destinam fundamentalmente, à instalação de empreendimentos turísticos, podendo acolher usos complementares como comércio e serviços, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas, espaços verdes e equipamentos.

Cumprir destacar que para além da marcação específica destes espaços de uso especial turístico, são admitidas em quase todas as classes de uso de solo a implantação de empreendimentos turísticos nas tipologias mais consentâneas com o uso onde se insere, sendo o plano bastante flexível a esse nível, perspetivando por um lado o cumprimento da multifuncionalidade dos espaços (em especial do solo rural) e por outro o desenvolvimento de condições propícias para a atividade turística.

Ainda no quadro de ordenamento, o plano transpõe as normativas do PROT-N para a implementação de núcleos de desenvolvimento turístico, que não obedecem a uma marcação física em planta, potenciando que o investimento possa ocorrer em qualquer parte do território desde que cumpra cumulativamente os requisitos definidos.

## 8. QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A AAE da Proposta de Revisão do PDMMC teve como objetivo central a avaliação das oportunidades e riscos potenciais decorrentes da implementação das estratégias inerentes ao modelo de ordenamento proposto, contribuindo para a integração ambiental com vista à sustentabilidade do território.

A Proposta de Plano é suportada por um Modelo Espacial de Desenvolvimento o que permite uma maior flexibilidade da mesma em termos da implementação estratégica do plano. A simplificação da classificação e qualificação do solo adotada na Proposta, bem como a definição de disposições regulamentares associada a critérios de desenvolvimento estratégico (como a referência espacial dos usos e atividades) e de sustentabilidade, em detrimento da fixação de índices urbanísticos quantificados estanques, contribuem também para a flexibilização da proposta em termos da implementação estratégica do plano.

De seguida sintetizam-se as oportunidades e riscos mais significativos detetados na avaliação estratégica da Proposta de Plano; sendo que no caso das desvantagens e riscos, o esforço deverá ser no sentido de diminuir ou mesmo de anular o seu previsível efeito negativo, que poderá ser conseguido através da ênfase das vantagens e oportunidades:

- **potenciação dos serviços públicos e privados e dos equipamentos turísticos** do concelho apresenta oportunidades potenciais significativas para a diversificação do modelo de desenvolvimento económico de Macedo e, em particular, da **atividade turística**.

Ao nível do património natural e cultural o concelho de Macedo de Cavaleiros apresenta uma riqueza assinalável, devendo por isso ser utilizada de forma concertada com a atividade turística. É de destacar o potencial cinegético, os valores naturais que abrangem a área protegida da albufeira do Azibo e várias áreas naturais da rede natura 2000, a tipicidade das produções agroalimentares e as atividades de turismo de natureza e aventura. Merece também importância o elevado valor patrimonial do concelho, com um considerável número de sítios arqueológicos inventariados, imóveis classificados como Imóveis de Interesse Público e ainda, imóveis em vias de classificação. Em termos de património imaterial existem 7 instituições de conservação e várias iniciativas de promoção do património cultural. Refere-se que está em curso a elaboração da Carta do Património concelhio o que contribuirá de forma decisiva para a salvaguarda e valorização patrimonial.

Por outro lado o concelho apresenta algumas fragilidades, nomeadamente no que se refere à oferta de infraestruturas e equipamentos de apoio ao recreio e lazer (parques de merendas, praias fluviais, centros de interpretação pedagógica ambiental, geológica, arqueológica, etc.), à rede de percursos e à articulação precária entre as entidades responsáveis pela gestão/dinamização do Parque do Azibo Refere-se ainda que apesar do número expressivo de sítios arqueológicos do concelho, apenas um parco número apresenta condições para poder ser visitado.

Neste contexto, a Proposta de Plano faz referência a vários empreendimentos turísticos, nomeadamente na albufeira do Azibo. Com a implantação destes empreendimentos turísticos e

a sua promoção prevê-se uma dinamização das áreas naturais, em particular da albufeira do Azibo, sendo expectável que estes venham a ter também efeitos positivos na conservação da natureza, proteção dos espaços naturais e preservação das espécies de flora e vegetação.

Ainda no que se refere à componente patrimonial, recomenda-se que esta temática seja tratada em consonância com a componente turística, por exemplo ao nível da elaboração de roteiros e percursos de visitação, orientados para uma oferta turística diversificada e inovadora, dirigidos para vertentes menos convencionais e massificadas.

Contudo, a falta de concretização de alguns aspetos desta estratégia condiciona fortemente o aproveitamento dessas oportunidades, representando alguns riscos, considerando-se que contributo desta Proposta é afetado por um grau de incerteza assinalável. A qualificação do quadro de vida urbana oferecido aos residentes e visitantes de Macedo decorrente da valorização do património natural, paisagístico e patrimonial, bem como da promoção da mobilidade, constitui uma oportunidade relevante para a manutenção dos elevados níveis de qualidade e atratividade turística do concelho.

- **Afirmção do posicionamento de Macedo de Cavaleiros na rede urbana nacional e ibérica ambicionando uma integração regional mais vasta, de carácter transfronteiriço** com vantagens locativas potenciais a explorar, a par de um posicionamento no triângulo Chaves/Mirandela/Bragança na ótica da distribuição de produções agrícolas e agroalimentares e na ótica da massa crítica indispensável a funções administrativas e terciárias de importância regional. Este posicionamento é favorecido pela configuração atual dos principais eixos rodoviários de ligação do país ao nordeste transmontano (o IP2 e o IP4/A4) cruzam-se em território de Macedo) e futuramente à rede transeuropeia, com reflexos nas potencialidades de desenvolvimento de um vasto território.

Ao nível local, a concretização desta premissa é transversal às três Linhas Estratégicas de Desenvolvimento da proposta de revisão do PDM e pressupõe o desenvolvimento de padrões de mobilidade sustentável, suportados, por um lado, numa rede de acessibilidades estruturada, com cobertura suficiente do território concelhio e composta por vias com características adequadas aos níveis de serviço a fornecer, e, por outro, numa rede de transportes que promova a utilização de modos coletivos e suaves em detrimento do transporte individual e convencional. Esta estratégia é igualmente relevante enquanto oportunidade no que concerne à eficiência energética e às alterações climáticas.

A qualidade e operação do serviço dos transportes públicos são muito limitadas, o que é claramente um fator condicionante da mobilidade: por um lado a população concelhia, globalmente muito reduzida, não cativa o investimento por parte das empresas transportadoras na expansão de carreiras de transportes coletivos rodoviários; por outro, a dimensão dos aglomerados não justifica a criação de transportes urbanos e as distâncias entre eles associadas ao potencial volume de passageiros transportados torna complexo implementar um sistema de transportes públicos operacional e economicamente sustentável. Assim, na Proposta de Plano são enunciadas as intervenções prioritárias baseadas em padrões de mobilidade sustentáveis, do ponto de vista ambiental mas sobretudo financeiro, o que deverá passar, fundamentalmente, pela criação de condições para a implementação de sistemas intermunicipais de transporte público mais eficientes e pela adoção de soluções inovadoras de

transporte em territórios caracterizados pela baixa densidade. A elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio, mencionado na Revisão, contribuiria decerto para a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente que permitiria otimizar recursos, sobretudo de natureza financeira, usufruindo de um planeamento e gestão das condições de mobilidade e acessibilidade.

- **Reforço da capacidade de acolhimento empresarial e Melhoria das condições de vida da população residente.** Denota-se um esforço nítido ao nível do investimento municipal quer no que respeita à cobertura de serviços básicos e na extensão territorial de abrangência, quer ao nível da infraestruturação de apoio à atração e fixação de empresas. Em paralelo, o investimento público contribuiu decisivamente para melhorar as acessibilidades intrarregionais e entre o interior e o litoral. Não obstante o esforço de investimento feito, é inegável que persistem debilidades difíceis de contornar e estas têm de ser, inevitavelmente, consideradas na formulação de possíveis cenários de desenvolvimento, como sejam a incapacidade de fixar população, de atrair investimento gerador de riqueza e emprego, em simultâneo com um esforço pela melhoria das condições de vida da população residente, independentemente de qualquer preocupação de rentabilização económica dos investimentos.

Na Proposta de Plano são identificadas várias propostas setoriais, entre outras, e face ao tendencial envelhecimento da população, as estratégias na dotação reforçada de equipamentos coletivos no sector de apoio da população idosa; no entanto, não são identificados locais concretos nem definidas possíveis tipologias, sugerindo-se somente aspetos a ter em consideração aquando da previsão de mais equipamentos desta natureza.

A atração de investimentos com componentes de inovação e emprego qualificado implica uma estratégia nas condições de acolhimento no sentido de atrair novas indústrias e novas atividades empresariais que valorizem as componentes de inovação e sustentabilidade ambiental. No âmbito da proposta de ordenamento encontra-se prevista a ampliação da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros (não só com o objetivo de possibilitar o acolhimento de novas unidades industriais, mas também alargar as suas valências a unidades empresariais que permitam outras atividades económicas), a criação de um novo núcleo junto a Latães, a ampliação da Zona Oficinal da Travanca, a inserção de um espaço de atividades económicas numa área adjacente ao cemitério da cidade de Macedo de Cavaleiros e ainda a criação de duas áreas novas de apoio aos aglomerados de Arcas e Vilarinho de Agrochão, procurando, assim, dinamizar e incrementar a consolidação do setor industrial na estrutura económica do concelho. A concretização destas propostas dotará o território de espaços devidamente infraestruturados, de suporte à atração de empresas e potenciará economias de escala que favorecerão o dinamismo empresarial do concelho.

Contudo, existem outras oportunidades, como a aposta na produção de energias renováveis através da criação de uma rede de parques eólicos, que não se encontra materializada espacialmente nem regulamentada na Proposta, e que, a ser considerada, constituiria um projeto de inegável interesse para o concelho, dado o seu carácter estratégico e inovador, contribuindo para o fomento da utilização de energias alternativas e para uma menor dependência energética face ao exterior.

- **O fortalecimento da resiliência urbana, através da redução dos níveis de exposição a riscos naturais ou situações excepcionais de emergência**, constitui uma oportunidade significativa a diversos níveis, nomeadamente, no que concerne ao desenvolvimento económico, à salvaguarda da imagem de destino turístico de elevada qualidade. Assim, a abordagem condicionadora e restritiva da Proposta de Plano em termos das disposições regulamentares aplicáveis às áreas edificadas em risco ou ameaçadas, interditando novas obras de edificação nestas zonas, realça o significado das oportunidades geradas por esta estratégia.
- **A estratégia de contenção da mancha urbana e de qualificação e consolidação do tecido urbano(Sistema Urbano Proposto)** apresenta oportunidades a diversos níveis, nomeadamente, no que concerne ao uso do solo, à conformação do território urbano, ao modelo de desenvolvimento económico, à preservação dos valores naturais e paisagísticos, à ocupação de áreas com elevado risco natural, às acessibilidades, aos meios de transporte, à eficiência energética e às alterações climáticas. Não obstante, considera-se que a Proposta de Plano poderia ter sido em algumas situações mais restritiva no que concerne às tipo-morfologias e à escala edificatória definidas, salvaguardando a ocorrência de situações de excessiva concentração de carga urbanística e rutura de escala que constituem um risco para a coerência da imagem urbana e qualificação do tecido urbano.
- **A eficácia e eficiência do sistema municipal de planeamento urbano alcançada através da compatibilização da Proposta de Plano com os PU e PP em vigor e propostos**, constitui uma oportunidade relevante ao nível da articulação da disciplina de uso e transformação do solo e da conformação do território do novo PDMMC com esses planos.



## 9. QUAIS AS PRINCIPAIS DIRETRIZES PARA SEGUIMENTO?

De seguida apresentam-se as principais diretrizes de planeamento e gestão:

- Estabelecer critérios para o licenciamento de iniciativas turísticas nas áreas naturais classificadas e outras de interesse, de modo a assegurar a integridade biofísica e paisagística do ecossistema, e a evitar qualquer vulnerabilidade ao risco de cheias;
- Desenvolver e implementar uma estratégia municipal específica orientada para a descontaminação gradual das linhas de água do Concelho, em colaboração eventual com os municípios que partilham essas mesmas linhas de água;
- Acompanhamento dos potenciais focos de contaminação, em particular daqueles que se encontrem na proximidade de captações de água e de linhas de água, assegurando-se assim uma manutenção generalizada da qualidade dos recursos hídricos.
- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e águas subterrâneas;
- Planeamento adequado nas intervenções de requalificação de zonas ribeirinhas/fluviais em diferentes localidades com vista à preservação dos valores presentes, nomeadamente da vegetação ripícola;
- Salvaguardar a efetiva transposição da Estrutura Ecológica Municipal para os planos de hierarquia inferior, definindo critérios específicos para o efeito, bem como a sua adequação face a planos de hierarquia superior;
- Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones;
- Colaborar no desenvolvimento de planos de ordenamento das áreas com interesse para a conservação;
- Efetuar um levantamento das situações de degradação da paisagem existentes no território municipal e definir medidas adequadas para a sua recuperação e integração paisagística;
- Promoção e divulgação dos valores naturais, paisagísticos e culturais do concelho;
- Efetuar um levantamento das situações de degradação do património existentes no território municipal (em particular das decorrentes de situações de abandono) e definir medidas adequadas para a sua recuperação e potenciação turística;
- Realizar ações de sensibilização no sentido de evitar demolições bem como requalificações de qualidade duvidosa e com aspeto dissonante do original;
- Criar adequados mecanismos de fiscalização do cumprimento das regras que asseguram a salvaguarda do valor histórico-cultural dos imóveis inventariados e o seu enquadramento urbanístico e paisagístico;

- Proceder ao controlo prévio das operações urbanísticas a desenvolver nos solares e casas solarengas e imóveis de interesse municipal através da avaliação detalhada do projeto em causa e da definição de regras e condicionamentos específicos à ocupação e transformação de cada edifício;
- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projetos de qualificação urbanística das áreas localizadas nos núcleos históricos e junto a espaços naturais que permitam desenvolver projetos que consociem as duas componentes;
- Requalificação da oferta turística através de projetos e ações concertadas de valorização natural e patrimonial;
- Promover o desenvolvimento de elementos de polarização funcional em áreas de uso quase exclusivamente habitacional, contribuindo para a emergência de centros secundários locais;
- Acompanhar a implementação do modelo espacial e de nucleação proposto, nomeadamente no que respeita à capacidade do mesmo fixar a população das zonas mais rurais;
- Condicionar o licenciamento de operações urbanísticas em áreas urbanizáveis à prévia urbanização e infraestruturização dessas áreas;
- Implementar um sistema de iluminação pública mais eficiente do ponto de vista energético;
- Definir níveis mínimos de certificação energética e ar interior no licenciamento urbanístico de edifícios e equipamentos públicos, empreendimentos turísticos, e outras edificações de carácter estruturante;
- Assegurar a execução dos requisitos definidos no âmbito do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Macedo de Cavaleiros;
- Condicionar o licenciamento de novos equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas à relação entre a procura e a oferta existente e prevista;
- Identificar e planear as medidas de gestão necessárias para minimizar as carências de tratamento de efluentes a curto prazo;
- Desenvolver um sistema de gestão integrado das infraestruturas que permita uma intervenção criteriosa nas ações de manutenção, adequando os trabalhos de beneficiação nos diversos equipamentos aos níveis de serviço pretendidos;
- Criar meios de controlo dos níveis de qualidade das infraestruturas tendo em vista uma constante melhoria do serviço prestado ao cidadão, principalmente nas zonas de ocupação dispersa;
- Fazer depender o licenciamento de projetos industriais da construção de um sistema de drenagem e tratamento de efluentes autónomo e/ou compatível com a rede pública;

- Proceder à elaboração de um Plano de Mobilidade concelhio que permita a implementação de uma política de mobilidade municipal mais eficiente na ótica da otimização de recursos;
- Desenvolver um estudo com vista à identificação das oportunidades de diversificação do atual modelo de desenvolvimento económico, baseado numa maior incorporação de inovação, conhecimento e qualificação de recursos humanos, e definição das respetivas estratégias e medidas de promoção;
- Desenvolver e implementar um sistema dinâmico de indicadores económicos que permita acompanhar a evolução da estrutura económica do concelho;
- Aplicar, de forma assertiva, o Plano de Comunicação e a estratégia de marketing turístico baseada nos valores naturais, paisagísticos e culturais do concelho;
- Estudar a possibilidade de implementar um sistema de incentivos fiscais municipais à fixação de empresas;
- Promover a utilização de TIC, particularmente nos serviços municipais.

Abaixo apresentam-se as principais diretrizes de monitorização:

- Desenvolver e implementar um sistema de monitorização e alerta da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente nas zonas mais vulneráveis à contaminação.
- Monitorização e manutenção periódica das captações subterrâneas, uma vez que poderá haver necessidade de a elas se recorrer, ainda que em casos excecionais, nomeadamente em situações de escassez de água ou de ocorrência de falhas no sistema de abastecimento em alta –. Também as condutas municipais que assegurem a ligação entre estas captações e a rede de distribuição e que sejam desativadas, devem ser objeto de manutenção, ou pelo menos monitorização, periódica;
- Monitorização do estado de conservação dos valores naturais e culturais, nomeadamente das áreas degradadas sujeitas a recuperação e integração paisagística;
- Desenvolvimento de ações de conservação de espécies e habitats;
- Monitorizar a evolução do grau de penetração e de continuidade da Estrutura Ecológica Municipal;
- Atualizar sempre que justificável a Carta Municipal do Património;
- Monitorizar a elaboração da Agenda 21 Regional do Nordeste Transmontano e respetiva implementação;
- Monitorizar a aplicação dos parâmetros de edificação propostos para as diferentes categorias e subcategorias de espaço;

- Monitorizar a aplicação das normas do PDM nas áreas de incidência de PU e PP que se encontrem em elaboração à data de revisão do PDM até à entrada em vigor daqueles planos;
- Monitorizar a execução de operações urbanísticas em solo urbanizado tendo em conta a sua natureza, dimensão e inserção no tecido urbano envolvente;
- Desenvolver e implementar um sistema de contabilização e monitorização do desempenho energético e emissões de CO<sub>2</sub> e por tipo de setor consumidor/emissor (transportes, RSU, indústria, setor doméstico);
- Monitorizar as componentes ambientais ao nível da poluição sonora e atmosférica;
- Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável no concelho (em estreita colaboração com a CCDR-N, DGEG, entre outras);
- Monitorizar a evolução dos riscos relativos a áreas com riscos de inundação e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal;
- Monitorizar a evolução da oferta e da procura de equipamentos coletivos e infraestruturas urbanas;
- Monitorizar a evolução de cobertura prevista e as necessidades de expansão futura das infraestruturas de saneamento básico, em função do crescimento do concelho;
- Monitorizar as condições efetivas de ocupação de zonas industriais e de acolhimento empresarial de modo a determinar a eventual necessidade de redimensionamento dos espaços previstos pela CMMC;
- Monitorizar eficazmente as perdas de água durante o processo de abastecimento e o risco de contaminação de forma a prevenir quaisquer ameaças à qualidade e disponibilidade de água;
- Monitorizar o Programa da Rede Social e a Carta Educativa (reordenamento da rede escolar, adaptado às novas exigências da Lei de Bases do Sistema Educativo) em função da avaliação da concretização das suas propostas e da realidade municipal;
- Desenvolver campanhas de sensibilização e criar incentivos que contrariem os níveis de abandono e elevem o nível médio de qualificação escolar;
- Monitorizar o contributo da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros na concretização do Plano de Marketing Territorial para Macedo de Cavaleiros.

Os principais agentes no sucesso da implementação do PDMMC são evidentemente a própria CMMC e outras entidades públicas como a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), mas igualmente o sector privado e a população em geral, cuja participação ativa será fundamental para que o PDMMC garanta um desenvolvimento sustentável do concelho.

## 10. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES AO DESEMPENHO AMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE?

A AAE da Proposta de Revisão do PDMMC teve como objetivo central a avaliação das oportunidades e riscos potenciais decorrentes da implementação das estratégias inerentes ao modelo de ordenamento proposto, contribuindo para a integração ambiental com vista à sustentabilidade do território.

Da análise realizada cumpre destacar as seguintes conclusões de carácter transversal.

As ações preconizadas possuem uma vertente de desenvolvimento turístico da área concelhia, opção que resultou das orientações definidas nos planos estratégicos de âmbito nacional e regional, em conjugação com as características e limitações intrínsecas do território.

O aumento da oferta de turismo de qualidade e com carácter diferenciador, nomeadamente através da criação de novas unidades de alojamento, seguindo as orientações estabelecidas pelos planos estratégicos do setor turístico, potencia o crescimento do setor, favorecendo o desenvolvimento de novas atividades relacionadas direta ou indiretamente com as ações desenvolvidas na área (p. e. atividades de recreio e lazer, turismo de natureza, produtos tradicionais, atividades culturais, artesanato, entre outras).

Em geral, as atividades turísticas de qualidade encontram-se intimamente associadas com a adoção de boas práticas ambientais, muitas vezes utilizadas como imagem de *marketing*, pelo que a opção de demarcação de vários espaços para afetação a usos turísticos na Proposta do Plano, promove a sua sustentabilidade. Por outro lado, os empreendimentos turísticos a implementar assumem, implicitamente, uma elevada proteção e valorização do ambiente envolvente.

Cumpre salientar o carácter mais programático da Proposta de Plano, suportada num Modelo Espacial de Desenvolvimento que aponta as orientações estratégicas do PDMMC, em detrimento de uma abordagem de natureza mais regulamentar, o que contribui para uma maior flexibilidade da Proposta, no que concerne à implementação estratégica do plano. A simplificação da classificação e qualificação do solo adotada na Proposta, bem como a definição de disposições regulamentares associada a critérios de desenvolvimento estratégico (como a referenciação espacial dos usos e atividades) e de sustentabilidade, em detrimento da fixação de índices urbanísticos quantificados estanques, também contribuem positivamente para esse objetivo.

A Proposta de Plano reflete um conjunto de preocupações fundamentais para o **desenvolvimento sustentável do município, tais como a necessidade de reinvenção do modelo de desenvolvimento económico em vigor, a preservação e valorização dos valores naturais, paisagísticos e culturais, a aposta no turismo, a redução dos níveis de exposição aos riscos naturais ou a eficiência energética**. Neste âmbito e apesar de Macedo de Cavaleiros dispor de uma Carta Estratégica municipal, serviram de referencial de atuação para o concelho as perspectivas de desenvolvimento regional constantes na visão e objetivos estratégicos formulados no âmbito do PROT-N, bem como no Documento Estratégico para o Plano de Ação do Nordeste 21, elaborado no âmbito da Agenda 21 Regional do Nordeste Transmontano. Contudo, nem sempre dá sequência de forma clara e explícita às

respetivas opções estratégicas, o que dificultou a interpretação dessas opções, resultando em alguma incerteza quanto às oportunidades e aos riscos potenciais avaliados.

Não obstante, denota-se alguma preocupação em estabelecer a articulação entre as opções propostas de ordenamento territorial (materializadas na Planta de Ordenamento e regulamentadas em documento próprio) com as orientações estratégicas de desenvolvimento constantes dos planos hierarquicamente superiores, embora, como é lógico, muitas das medidas de desenvolvimento sejam imateriais e não possuem tradução territorial.

Por último, refere-se a insuficiente clareza de ligação entre a Proposta de Plano e outros planos, programas ou regulamentos municipais de intervenção setorial. A título de exemplo, refere-se o caso do Plano de Ação para a Energia Sustentável do Município de Macedo de Cavaleiros, em relação ao qual não é evidente o modo como o PDMMC se compatibiliza com a estratégia preconizada nesse plano e de que forma a concretiza territorialmente. Este facto poderá originar dissonâncias ao nível do posicionamento estratégico no que concerne à eficiência energética e à valorização dos recursos energéticos renováveis, com incompatibilidades subsequentes ao nível da gestão municipal.